

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

Título: [Risco para o Orçamento](#)..... 2

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....2

Título: Risco para o Orçamento..... 2

Título: ANP faz 20 anos com desafio de atrair investimentos em refino e gás..... 5

Título: Caixa: vice é suspeita de negociar cargo..... 6

Título: Bênção e maldição 7

VEÍCULO: Folha de S. Paulo8

Título: Mineração na Amazônia venezuelana faz crescer desmatamento 8

VEÍCULO: Valor Econômico12

Título: Despesa da indústria com compra de GLP aumenta até 40% 12

Título: Energias renováveis estão já entre as mais baratas 14

Título: Hidrelétrica?..... 16

Título: Destaques 17

Título: Siderurgia tem o melhor momento em muitos anos 18

Título: Investidor aposta em nova OPA da CPFL 20

Título: Bolsa mantém viés positivo com siderúrgicas e exterior em foco 22

Título: Destaques 24

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Martha Beck, Manoel Ventura e Ramona Ordoñez****Título: Risco para o Orçamento**

Sem acordo com Petrobras sobre cessão e venda da Eletrobras, receita pode encolher em R\$ 92 bi

A falta de entendimento entre União e Petrobras sobre a revisão do contrato da cessão onerosa (acordo pelo qual a empresa adquiriu o direito de explorar até cinco bilhões de barris de petróleo da camada do pré-sal) e a suspensão pela Justiça da medida provisória (MP) que autoriza a privatização da Eletrobras criaram incertezas sobre as receitas do governo em 2018. Tanto cessão onerosa quanto Eletrobras são consideradas cruciais pela equipe econômica para ajudar a reequilibrar as contas públicas, mas ambas correm o risco de não se concretizarem este ano. Juntas, elas podem render aos cofres públicos até R\$ 92,5 bilhões.

O acordo com a Petrobras abre espaço para a realização de novos leilões de petróleo avaliados em US\$ 25 bilhões (R\$ 80,5 bilhões). Neste caso, no entanto, o governo foi conservador e não chegou a incluir nenhuma previsão de receita decorrente de um eventual acordo sobre a cessão onerosa no Orçamento de 2018, embora conte com isso informalmente. Além disso, os leilões podem ser efetuados em anos diferentes. Já a Eletrobras está na proposta orçamentária, com R\$ 12 bilhões.

PETROLÍFERA QUER SER RESSARCIDA

Integrantes da equipe econômica já avaliam que o governo não conseguirá chegar a um acordo com a Petrobras em 2018. As negociações em torno do assunto não caminharam, e o presidente da estatal, Pedro Parente, chegou a dizer em reunião recente no Palácio do Planalto que não assinará qualquer acordo em que a Petrobras não saia credora no processo. Segundo interlocutores do governo, na reunião do Planalto, à qual estavam presentes o presidente Michel Temer, Pedro Parente e os ministros Dyogo Oliveira (Planejamento), **Fernando Coelho Filho (Minas e Energia)** e Moreira Franco (Secretaria-Geral), foi sugerido que, na revisão da cessão onerosa, a conta ficasse no zero a zero, ou seja, que não houvesse ressarcimento nem do Tesouro à Petrobras nem da estatal à União. Parente, então, teria “se estressado”, nas palavras de um participante do encontro, e dito que essa proposta é inaceitável.

Em 2010, o governo cedeu cinco bilhões de barris de petróleo à Petrobras sob o sistema de cessão onerosa, no qual a estatal pagou antecipadamente pela reserva e, após declarar o projeto comercialmente viável, passou a discutir o real valor do reservatório. A Petrobras avalia que tem direito a ser ressarcida porque, quando fechou acordo para avaliar, explorar e produzir petróleo no pré-sal em campos da Bacia de Santos, a cotação do produto estava muito mais alta. Como os preços caíram desde então, a União deveria devolver parte do valor pago pela estatal, de R\$ 74,8 bilhões. Na época, o cálculo usou como premissa um preço de US\$ 8,51 por barril. Como o preço do petróleo despencou no mercado internacional, estima-se agora que esse barril no pré-sal tenha valor médio de US\$ 5.

No entanto, o problema, segundo técnicos da área econômica, é que o contrato da cessão onerosa dá margem a interpretações diferentes sobre a aplicação dos critérios para sua revisão. Isso acaba resultando em uma diferença nos valores do ressarcimento, e até mesmo sobre quem tem direito a ser compensado. Em alguns cenários, a União é que teria de ser ressarcida pela Petrobras. Por exemplo, a equipe econômica defende que, na revisão do contrato, o início da produção do petróleo deve ser contado individualmente para cada campo. Já a Petrobras defende que o início seja considerado a partir do último campo. Somente esse critério já afeta os números finais.

União e Petrobras contrataram consultorias especializadas para analisar o caso. Foram traçados sete cenários, sendo que em apenas dois deles a União seria credora. Segundo técnicos da área econômica, o ressarcimento à Petrobras poderia chegar a US\$ 20 bilhões. Considerando-se que a União não tem como pagar esses valores — esse desembolso resultaria em uma despesa primária, com impacto nas contas públicas —, a estatal já indicou que aceita receber o pagamento em óleo excedente extraído dos campos da cessão onerosa. Essa forma de ressarcimento depende ainda da aprovação de um projeto de lei no Congresso. Isso, segundo técnicos, também piora o cenário para a solução do problema ainda este ano.

CÁLCULOS SOBRE VOLUME DE ÓLEO DIVERGEM

A cessão onerosa foi a parte mais importante do processo de megacapitalização da Petrobras, para preparar a empresa para os investimentos bilionários nas áreas descobertas na região marítima do pré-sal. A União entregou à estatal o direito de exploração e produção de cinco bilhões de barris de óleo equivalente, em uma área que tem uma reserva de petróleo muito superior a esse volume. O governo pretende licitar esse excedente para reforçar os cofres públicos. Sem uma solução para a revisão do contrato da cessão onerosa, no entanto, a União não consegue negociar esse excedente. A ideia, quando as conversas com a Petrobras começaram, em 2017, era colocar em leilão esse óleo restante ainda

este ano, junto com a 4ª Rodada de licitações do pré-sal, marcada para junho. Esse era considerado, até agora, um dos principais eventos da indústria de petróleo em 2018. Com o impasse sobre a revisão do contrato, as áreas não foram incluídas nos leilões.

Por já saber dessa demora, o governo não colocou no Orçamento de 2018 a previsão de receitas com o leilão do excedente. No entanto, a equipe econômica prevê que terá dificuldade para fechar as contas públicas não apenas este ano, mas também nos próximos. Petrobras e governo não se entendem nem sobre qual seria o volume excedente. A Agência Nacional do Petróleo (ANP) estima pelo menos 6 bilhões de barris de petróleo. O cálculo foi feito pela consultoria Gaffney, Cline & Associates e estima três cenários. A maior probabilidade (90%) é a de 6 bilhões de barris. Há uma chance de 10% de haver cerca 15 bilhões de barris. O terceiro cenário, com probabilidade de 50%, é o mais aceito pelo mercado: 10 bilhões de barris. Já a Petrobras fez seus próprios cálculos “menores que aqueles divulgados pela ANP”.

ACORDO FOI FIRMADO EM 2010

A cessão onerosa é um contrato em que a União cedeu à Petrobras o direito de explorar e produzir cinco bilhões de barris de óleo equivalente (petróleo e gás natural) em seis blocos do pré-sal da Bacia de Santos, em 2010. A Petrobras pagou R\$ 75 bilhões naquele ano por este direito. A medida foi parte do processo de capitalização da companhia, no qual a Petrobras levantou recursos para fazer frente aos investimentos previstos para o desenvolvimento dos campos do pré-sal. A complexa engenharia financeira realizada no governo Lula tinha o objetivo de permitir que a empresa levantasse recursos e que a União não tivesse sua participação na estatal diluída. Posteriormente, foi descoberto que a área dos seis blocos tinha reservas superiores a seis bilhões de barris, o que foi chamado de “excedente da cessão onerosa”. Cálculos atualizados da Agência Nacional do Petróleo (ANP) indicam que esse excedente pode conter de seis bilhões a 15 bilhões de barris em reservas.

Ao ceder os cinco bilhões de barris à Petrobras, foi fixado um preço de US\$ 8,51 por barril, considerando o preço de reserva (sem custo de exploração). O contrato previa que o valor seria revisto quando os campos já contassem com a declaração de comercialidade, ou seja, quando houvesse mais segurança a respeito do volume de petróleo nas áreas. Isso ocorreu em 2014. A partir daí, começaram as negociações entre Petrobras e União. A estatal tem uma avaliação técnica dizendo que tem recursos a receber nesse acerto de contas em razão da queda das cotações do preço do petróleo a partir de 2015. Até pouco tempo, havia um consenso de que a Petrobras teria direito a ressarcimento, e uma das alternativas era que a empresa recebesse mais petróleo. As duas partes contrataram certificadoras internacionais

independentes, que realizaram estudos sobre os volumes e valores das reservas na área. A Petrobras contratou a DeGolyer and McNaughton, e a ANP, a Gaffney, Cline & Associates.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: Ramona Ordoñez

Título: ANP faz 20 anos com desafio de atrair investimentos em refino e gás

Diretor-geral alerta para aumento de importações e reconhece que petróleo perderá para energia limpa.

Na transição para o consumo de fontes limpas e renováveis de energia, como a eólica e a solar, o país ainda vai consumir uma quantidade significativa de combustíveis derivados do petróleo nas próximas três ou quatro décadas. O diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone, estima que, se o país não construir novas refinarias, as importações atuais de derivados vão dobrar nos próximos anos, para um milhão de barris diários, a fim de atender à demanda crescente. A abertura efetiva do setor de refino, hoje com mais de 95% nas mãos da Petrobras, é um dos principais desafios na nova etapa da ANP, que completou ontem 20 anos de criação. — Se o país não atrair investimentos para produção de combustíveis (refinarias), vai aumentar nossa dependência das importações.

E teremos ainda que ampliar investimentos em logística para trazer o produto de fora — afirmou Oddone. A ANP foi criada com o fim do monopólio do petróleo, a partir da lei nº 9.478/97, para regular e fiscalizar o setor de petróleo, desde a exploração e produção até refino, transporte e distribuição. Nos primeiros 20 anos, houve grande avanço nas áreas de exploração e produção, com a entrada de dezenas de empresas privadas nacionais e estrangeiras nessas atividades. Mas, nas áreas de refino e gás natural, por exemplo, apesar de não ser um monopólio, a Petrobras continuou dominante. Agora, segundo Oddone, com as dificuldades financeiras da estatal, tornou-se evidente que ela continuar sendo a única a investir no setor. O diretor-geral da ANP acredita que o setor de refino vai atrair investidores privados estrangeiros aos poucos, uma vez que dificilmente a Petrobras poderá voltar a ter preços dos combustíveis abaixo dos valores internacionais. Atualmente, a estatal já perde mercado para os importadores privados. Se represar os preços, vai perder mais mercado.

PRODUÇÃO CRESCENTE

Por outro lado, de acordo com Oddone, considerando todos os projetos em andamento, está prevista a entrada em operação de quase 40 novas

plataformas nos próximos anos, que elevarão a produção de petróleo para cerca de 5,5 milhões de barris por dia em 2027, contra os cerca de 2,3 milhões de barris por dia atuais. E hoje o Brasil já exporta em torno de um milhão de barris por dia de petróleo. — No período de transição em que o petróleo vai perder espaço para fontes mais limpas, se não explorarmos essa riqueza agora, qual vai ser o seu valor daqui a 20 anos, 30 anos? Tudo indica que será menor. A importância do petróleo tende a diminuir, e temos que aproveitar essa riqueza agora para desenvolver o país, gerar renda e empregos.

Oddone lembra que, apesar de ter capacidade ociosa de refino no mundo, o Brasil tem mercado consumidor e produção de petróleo crescentes, o que torna o negócio de refino atraente para investimentos. Em 1998, o país tinha 14 bilhões de barris de petróleo e 410 bilhões de metros cúbicos de gás natural em reservas. Em dezembro de 2016, último dado disponível, eram cerca de 23 bilhões de barris de petróleo e 637 bilhões de metros cúbicos de gás (reservas totais). A produção também cresceu: a de petróleo saltou de 970 mil barris por dia em 1998 para 2,6 milhões de barris por dia de janeiro a novembro de 2017, enquanto a de gás natural passou de 30 milhões para 111 milhões de metros cúbicos por dia. O aumento se deve principalmente à descoberta do pré-sal.

VEÍCULO: O Globo

Seção: País

Autor: Eduardo Bresciani

Título: Caixa: vice é suspeita de negociar cargo

Executiva teria vinculado R\$ 200 milhões para Cemig à vaga em conselho.

A vice-presidente de Fundos de Governo e Loterias da Caixa Econômica Federal, Deusdina dos Reis Pereira, é suspeita de ter vinculado a aprovação de um empréstimo de R\$ 200 milhões para a Companhia Energética de Minas Gerais (Cemig) à nomeação dela própria para uma vaga no Conselho de Administração da estatal mineira. O governo se recusou a aceitar a recomendação do Ministério Público Federal (MPF) do Distrito Federal de afastar Deusdina e os demais vice-presidentes da Caixa. Os cargos são loteados entre partidos da base, como PMDB, PR, PP e PRB. Um e-mail enviado por Deusdina ao então presidente da Cemig, Mauro Borges, mostraria a vinculação do empréstimo à nomeação. De acordo com o jornal “Folha de S.Paulo”, a vice-presidente da Caixa afirma, na mensagem enviada em 2015, que o empréstimo seria apreciado pelo Conselho Diretor do banco no dia seguinte. “Amanhã apreciaremos no Conselho Diretor uma operação de crédito para a empresa no valor de R\$ 200 milhões”, escreveu. Na sequência, ela diz: “Continuo aguardando seu retorno quanto à minha indicação para o conselho”.

A mensagem foi descoberta em uma investigação feita por um escritório de advocacia contratado pela própria Caixa. O caso de Deusdina está sob análise na Comissão de Ética da Presidência da República. Deusdina não foi nomeada para a Cemig, e não há informação se o empréstimo foi concedido ou não. A suspeita já constava de documento enviado ao presidente Michel Temer em 15 de dezembro no qual o MPF recomenda o afastamento de todos os vice-presidentes e a nomeação de novos executivos para as funções por meio de processo seletivo. A nomeação para esses cargos é do presidente da República. Um novo estatuto para o banco, ainda em tramitação, prevê repassar essa atribuição para o Conselho de Administração. A indicação de Deusdina é atribuída por ela própria ao PR. As suspeitas sobre empréstimos feitos pela Caixa e por meio do Fundo de Investimentos do FGTS estão sob investigação em diversos processos. O GLOBO não conseguiu contato com Deusdina. À “Folha de S.Paulo”, ela disse que não se manifestaria.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Opinião

Autor: Rodrigo Neves

Título: Bênção e maldição

É hora de mostrar que aprendemos com erros no uso dos royalties.

A experiência brasileira tem demonstrado que, muitas vezes, a bênção das receitas da exploração dos recursos naturais pode se tornar uma maldição. Utilizando de forma inadequada a riqueza gerada momentaneamente, que tem prazo de validade, para o desenvolvimento local sustentável, cidades e até estados transbordaram recursos variáveis em gastos fixos, obras pouco estruturantes e nenhuma visão de futuro. Um caminho que já se mostrou desastroso. Exemplo mais claro de tal situação vem do petróleo. Com a produção de novos campos no pré-sal em frente a Niterói, a cidade deverá superar Campos e Macaé em royalties e participações especiais. Ótimo momento para mostrarmos que aprendemos com erros do passado recente e com as melhores experiências internacionais na aplicação desses recursos, extraordinários e finitos. Entre a bênção e a maldição, Niterói escolheu a responsabilidade com as atuais e futuras gerações.

Paralelamente a uma série de ações de gestão e até assinatura de um pacto de responsabilidade fiscal com todos os maiores ordenadores de despesas da prefeitura, Niterói tomará atitude considerada inédita. Constituirá um Fundo Municipal de Estabilização Fiscal e Econômica, uma “poupança” que protegerá a cidade das oscilações do mercado de petróleo e quando esses recursos faltarem.

Abrirei mão de gastar parcela desses recursos no meu próprio mandato, criando, até 2020, reserva de pelo menos R\$ 200 milhões. A ideia, através de lei a ser aprovada pelo Legislativo, é praticar essa política pelos próximos 20 anos, garantindo, desta forma, às atuais e futuras gerações de niteroienses, uma perspectiva ainda melhor.

Para chegar a esse ponto, é importante contextualizar o momento. Em 2013, o preço do barril do petróleo beirava US\$ 100, e os investimentos expressivos da Copa e das Olimpíadas constituíam um contexto de bonança para estados e municípios produtores do petróleo, sobretudo no Rio. Niterói, ao contrário, observava uma das crises mais dramáticas, com grave desequilíbrio fiscal, dívidas com fornecedores e servidores e obras paradas, desde que sofrera o maior desastre climático da sua história, que ceifou vidas e atingiu todas as regiões da cidade. A tragédia do Bumba.

A grave crise em Niterói tornou-se oportunidade de implantação de amplo programa de modernização da administração, com total informatização da prefeitura, e a utilização de avançadas tecnologias para gestão pública; estruturação de plano estratégico de 20 anos, com participação ativa da sociedade; reequilíbrio das contas, com austeridade e enfoque na redução de gastos desnecessários; e programa de PPPs e estímulo ao empreendedorismo e desenvolvimento local.

Após quatro anos com disciplina e muito trabalho, e apesar da crise mais geral, Niterói obteve reconhecimento de instituições independentes, tanto na gestão e transparência, quanto nas políticas públicas em saneamento, sustentabilidade e qualidade de vida. A responsabilidade é enorme no sentido de manter progressos graduais e consistentes, mesmo no contexto da crise.

Rodrigo Neves é prefeito de Niterói

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Ambiente

Autor: Stefano Wroblewski do Infoamazonia

Título: Mineração na Amazônia venezuelana faz crescer desmatamento

Com as mãos sujas de barro, um mineiro joga rochas ricas em minerais em uma máquina que tritura pedras. Elas serão processadas com mercúrio em um processo rudimentar que se multiplica pela Amazônia venezuelana e que, em 2017, rendeu 8,5 toneladas de ouro ao banco central do país.

A mineração é a aposta do presidente Nicolás Maduro depois que a queda dos preços do petróleo, principal produto de exportação do país, e a crise fizeram disparar a inflação e o desemprego.

Ouro, diamante e coltan (composto usado na fabricação de eletrônicos) são os principais produtos extraídos do Arco Mineiro do Orinoco, megaprojeto do governo da Venezuela que ocupa 112 mil km² da floresta amazônica –ou 12% do território do país.

O projeto foi oficialmente inaugurado em agosto de 2016, quando Maduro disse que 150 companhias de 35 países haviam demonstrado interesse em investir no Arco Mineiro. Um ano e meio depois, no entanto, projetos concretos de mineração seguem ausentes na Venezuela.

"É uma jogada desesperada do governo Maduro para levantar dinheiro", diz David Smilde, professor de sociologia na Universidade de Tulane, em Nova Orleans, nos EUA, e membro sênior na ONG Oficina em Washington para Assuntos Latino-americanos. "Os problemas atuais da Venezuela têm menos a ver com a queda dos preços do petróleo e mais relação com políticas econômicas insustentáveis. Lembre-se de que, durante o ciclo de protestos de 2014, o barril de petróleo custava quase US\$ 100. O modelo já era insustentável e a queda no preço do petróleo só acentuou seu declínio."

Ainda em agosto de 2016, o presidente também anunciou ter assinado um contrato com a Barrick Gold, maior mineradora do mundo. A empresa, no entanto, afirmou à reportagem que "participou da revisão de projetos mineiros no país", mas negou buscar "qualquer projeto ou investimento na Venezuela".

A falta de parceiros comerciais não inibe a existência do Arco Mineiro. De acordo com o governo, cerca de 250 mil pessoas dependem direta ou indiretamente do projeto. E migrantes chegam todos os dias de outras partes do país.

"O salário mínimo simplesmente não é o suficiente para mim. Sou uma mãe solteira de três filhos. Eu me demiti e vim para cá. É um pouco difícil, mas agora consigo sustentar meus filhos", conta a mineira Minorca Maurera, 23, que trabalhava em uma padaria antes de se mudar para El Callao, a 640 km ao sudeste de Caracas, capital do país.

Nesta região, que fica no estado de Bolívar, são 30 mil mineiros independentes que processam artesanalmente o ouro extraído. Com as mãos nuas e sem máscaras no rosto, eles fazem a limpeza das rochas com mercúrio, metal líquido que é misturado à água e evaporado nas etapas finais de separação do ouro.

Além de poluir o ambiente, o mercúrio causa problemas neurológicos, nos rins, pulmões e pele de quem se expõe a ele, explica Marianella Herrera, diretora do Observatório Venezuelano da Saúde. "Além disso, pesquisadores têm associado a exposição a metais pesados, como o mercúrio, ao autismo", diz.

O uso do metal na mineração é proibido desde abril de 2016 no país, o que não impede a mineradora estatal Minerven de comprar quase toda a produção dos mineiros artesanais de Bolívar.

"Não posso afirmar que a Minerven compre o ouro de minas ilegais porque no papel não é assim", diz um funcionário da empresa que pediu para não ser identificado. "Estamos autorizados a comprar de 17 ou 18 associações de produtores artesanais de ouro, mas sabemos que eles compram de mineiros ilegais. "

MALÁRIA

O crescimento da mineração provocado pelo projeto do Arco Mineiro também levou a uma epidemia de malária na Venezuela. Em 2016 foram 240 mil contaminações no país, um número 76% maior que o do ano anterior, segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS). Três em cada quatro casos foram registrados no estado de Bolívar, que faz fronteira com o Brasil.

O dado é alarmante para o país, o primeiro do mundo a ser certificado pela OMS por ter erradicado a malária em locais de grande concentração de pessoas, em 1961.

O desmatamento de vastas áreas para a extração de minérios é um dos motivos para o aumento de casos. Segundo especialistas, a falta de árvores que façam sombra faz com que o sol aqueça as águas de lagos e poças mais rapidamente, acelerando o desenvolvimento das larvas.

Mas a migração de trabalhadores para a região e a falta de medicamentos contra a malária agravam a situação.

"A fronteira entre o mosquito e o homem não existe mais", diz um médico que pediu para não ser identificado –colegas foram demitidos por falar com a imprensa.

Áreas de mineração remotas nos estados de Bolívar e Amazonas também enfrentam problemas semelhantes. "Mas a morte se apresenta porque as pessoas vivem longe demais", diz o médico. "Primeiro, elas precisam cruzar o rio, esperar por um barco, então por uma mula e, então, um Jeep Toyota

precisa transportá-las até nós. Isso pode levar até três ou quatro dias e a saúde de alguém nesta condição pode ficar bastante complicada".

"Há um aumento extraordinário de mineiros migrantes de diferentes estados em direção ao Amazonas e Bolívar, além de pessoas 'colaterais', como prostitutas e mercadores", diz Oscar Noya, diretor do Centro de Estudos sobre Malária e cientista do Instituto de Medicina Tropical.

A doença é transmitida a seres humanos pela picada de um mosquito, que pode ter sido contaminado por outra pessoa. Por isso, a explosão de casos na Venezuela deixou os países vizinhos em alerta.

Em 2017, a Colômbia recebeu 965 pessoas que cruzaram suas fronteiras com malária e 91% eram da Venezuela.

VIOLÊNCIA

A mineração atrai gangues locais, que buscam aumentar o seu poder e dinheiro pela coerção de mineiros. "Se você se comportar, nada vai acontecer", diz um mineiro de El Callao enquanto explica a "vacina" –a extorsão mensal de 4g ou 5g paga a uma das gangues.

Com expressão calma, ele acrescenta: "Senão, você irá lá para cima [no topo dos morros] e eles vão ligar a motosserra".

Entre janeiro e outubro de 2017, uma análise de reportagens da imprensa feita pelo Observatório Venezuelano de Violência no estado de Bolívar mostra que ao menos 1.415 pessoas foram assassinadas na região –muitas delas em zonas mineiras.

Para manter sua base de apoio, o governo venezuelano tem dado cada vez mais poder às Forças Armadas, que comandam e têm forte presença no Arco Mineiro. Segundo Cliver Alcalá Cordones, major-general do Exército aposentado em 2013, as gangues armadas pagam aos militares para manterem as operações de controle sobre a mineração ilegal.

"Quando destruimos algumas atividades de mineração ilegal, os mineiros reclamaram porque já tinham pago aos militares antes", conta o oficial, um apoiador do ex-presidente Hugo Chávez que já esteve no controle das regiões mineiras. Ele menciona que muitos aviões exportam ilegalmente a maior parte do ouro da Venezuela para as ilhas do Caribe. Os militares estão envolvidos.

FARC

Do outro lado do Arco Mineiro, na parte mais ocidental de Bolívar e no estado vizinho Amazonas, os minérios são cobiçados por dissidentes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) que não aceitam o acordo de paz da guerrilha com o governo colombiano. Eles começaram a atravessar a fronteira em 2002 com membros do Exército Nacional de Liberação (ELN), que foi o segundo maior grupo guerrilheiro da Colômbia.

Hoje são cerca de 4.500 guerrilheiros só no Amazonas, de acordo com Libório Guarulla, que governou o estado entre 2001 e 2017. "Praticamente, é a guerrilha quem exerce o controle aqui. A guerrilha com a ajuda das Forças Armadas da Venezuela. Elas recebem parte dos ganhos".

Procurado pela reportagem, o governo venezuelano não se manifestou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: Despesa da indústria com compra de GLP aumenta até 40%

Embora em proporção menor que a alta verificada nas residências, a escalada de preços do gás liquefeito de petróleo (GLP) também atinge a indústria nacional desde meados de 2017. Fábricas das mais diferentes regiões reportam custos até 40% maiores com a aquisição de gás e buscam alternativas. Empresas começam a se movimentar à procura de combustíveis mais econômicos. Ao mesmo tempo, distribuidoras de GLP são chamadas a renegociar contratos e veem as margens caírem.

No mercado de GLP, existem dois grandes segmentos: o P-13 (botijão de 13 quilos, vendido sobretudo para residências); e o gás a granel (um tanque fixo, instalado, em indústrias e comércio, é recarregado periodicamente por caminhões). Em junho do ano passado, a Petrobras anunciou uma nova política de preços para o P-13, alinhada com a cotação internacional e com previsão de reajustes mensais nas refinarias. Embora não tenha divulgado uma política para o granel, a estatal passou a revisar mensalmente os preços para a indústria e os reajustes se tornaram mais frequentes.

Desde julho, foram sete reajustes, que elevaram em 36% os preços do GLP a granel na refinaria (em 2015 e 2016 foram duas revisões por ano). Já o P-13 subiu 57% no segundo semestre. A expectativa no mercado é que o GLP comece a ceder a partir de março, mas não há previsão de retorno dos preços aos patamares anteriores.

"O preço do milho e do açúcar sobe e depois desce, isso é normal na safra, mas o GLP só tem subido. A inflação do gás foi o maior impacto no custo em 2017. É muito relevante, porque brigamos por centavos. Nosso produto é voltado para a classe média e baixa", diz Jackson Ceolin, sócio da Bampinho, fabricante de biscoitos, em Lontras (SC).

As indústrias já começam a fazer as contas. A Bampinho, por exemplo, viu o custo do GLP aumentar 37% no segundo semestre de 2017 e avalia a viabilidade técnica para substituição do combustível por 'pallets' (biomassa). Embora nem sempre seja simples, devido à menor capilaridade dos gasodutos e à necessidade de investimentos na troca de equipamentos, a substituição do GLP pelo gás natural também tende a ganhar força. Segundo o sócio-fundador da Gas Energy, Marco Tavares, o gás natural ficou ainda mais atrativo em relação ao GLP.

"Distribuidoras de gás natural comprimido [empresas que fornecem o gás natural em cilindros, como o GLP] estão olhando com interesse para as indústrias hoje abastecidas com GLP. Haverá uma pressão natural nos preços por substituição", afirma Tavares, que aposta num avanço do gás natural sobre o gás liquefeito de petróleo nas indústrias, sobretudo a partir de 2020, quando a oferta nacional de gás natural do pré-sal aumentará.

A Metalbrazing, que presta serviço de beneficiamento de peças do setor automotivo por soldagem, estuda aderir ao gás natural. O GLP, que representava entre 30% e 35% dos custos do serviço prestado pela companhia, passou a responder por 45% depois da elevação dos preços. "Estamos vendo se vale a pena migrar, ou optar por uma renegociação com a Ultragaz, com quem temos contrato até 2020. O aumento do custo acaba indo para o cliente. É ruim para a competitividade, incentiva a importação de peças", avalia o sócio da empresa, Luis Constâncio.

O Valor apurou que a busca por renegociação de contratos tem crescido e que a tendência é de perda na margem do setor, concentrado num grupo de cinco grandes companhias: Ultragaz, Liquigás, Supergasbras, Nacional Gás e Copagaz.

"Foi assustador. O GLP subiu quase 40% e não conseguimos repassar, porque nosso mercado não está comprador. Nosso contrato com a Supergasbras vence este ano e vamos tentar um contrato melhor. Não vai resolver todos nossos problemas, mas pode trazer alguma economia", conta Álvaro Selvati, proprietário da Polimar, fabricante de caixas d'água de Valença, no interior do Rio, e que usa o gás no forno onde o polietileno é fundido, para moldar o produto final.

Selvati explica que a ideia é promover uma espécie de licitação para atrair diferentes distribuidoras de GLP e, assim, conseguir preços melhores. O gás responde por 10% do custo de produção da fábrica, que fica longe da rede de gasodutos. Recentemente, a Revel, fabricante de produtos de limpeza, que possui quatro unidades no país, obteve redução de 10% nos preços do GLP, após renegociar com a Copagaz que, em troca, passou a fornecer para todas as fábricas da empresa (antes, três eram abastecidas pela distribuidora).

Para o presidente do Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de GLP (Sindigás), Sérgio Bandeira de Mello, a alta dos preços da Petrobras exigirá das distribuidoras a busca de alternativas de suprimento. Só que a prática de preços diferenciados para o P-13 e gás a granel, segundo ele, inibe as importações por terceiros.

De acordo com dados do Sindigás, de dezembro, o GLP a granel estava sendo vendido pela Petrobras, nas refinarias, 44% mais caro que o P-13. Enquanto o gás para a indústria estava 35% acima da paridade de preços internacional, o botijão P-13 era negociado pela estatal 3% abaixo da paridade.

"A Petrobras adota uma espécie de subsídio cruzado, a indústria subsidia os preços diferenciados para o P-13. Para atrair investidores para a importação, seria necessário um preço único para o GLP", diz Bandeira de Mello.

A Petrobras argumenta que seus preços para o P-13 seguem a determinação do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), que "reconhece como de interesse para a política energética nacional a comercialização, por produtor ou importador, de GLP, destinado exclusivamente a uso doméstico em recipientes transportáveis de capacidade de até 13 kg, a preços diferenciados e inferiores aos praticados para os demais usos".

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Daniela Chiaretti

Título: Energias renováveis estão já entre as mais baratas

Pela primeira vez o custo de gerar energia eólica em terra - tecnologia conhecida por "onshore" - tornou a fonte competitiva com o mais barato combustível fóssil. O custo dessa fonte de energia renovável caiu 23% desde 2010. Trata-se de um momento-chave na transição energética global, segundo especialistas.

O custo da eletricidade gerada por painéis solares fotovoltaicos, por seu turno, também caiu nesse período, nesse caso 73%. Há outras boas notícias. A previsão

é que o custo de produzir energia solar diminua ainda mais com novos projetos, caindo pela metade nos próximos dois anos.

A expectativa é que em 2019 os melhores projetos de energia eólica em terra e de energia solar fotovoltaica produzam eletricidade a US\$ 0,03 por até kW/h ou até menos. Isso significa que as renováveis podem ter custo bem inferior do que a geração a partir de combustíveis fósseis, que registram espectro de preços entre US\$ 0,05 a US\$ 0,17 por kW/h. Isso depende do país, mas vários novos projetos de energia eólicas indicam que o preço tornou-se competitivo com carvão.

Os dados fazem parte do relatório Renewable Power Generation Costs, da International Renewable Energy Agency (Irena), o maior fórum mundial de promoção de energias renováveis. A Irena reúne 154 países (mais a União Europeia) e há 26 em processo para ingressar. O Brasil ainda não faz parte, assim como o Canadá, mas China, Estados Unidos, o bloco europeu e Índia são membros.

O estudo, lançado neste fim de semana durante a 8ª Assembleia da entidade, diz que em Abu Dhabi, no Chile, em Dubai, no México, no Peru e na Arábia Saudita projetos de energia solar e eólica bateram recordes de preços baixos, alcançando US\$ 0,03 por kW/h em leilões.

"A troca de um sistema de energia para outro não é simples e sem dúvida irá levar vários anos antes que o sistema atual seja transformado", afirmou o diretor-geral da Irena, Adnan Z. Amin, na abertura do evento. "Mas a transformação do sistema energético atual está ganhando ritmo e não pode ser parada. A evolução das renováveis nos últimos anos extrapola as expectativas mais otimistas", continuou.

"Custos em queda e a rápida inovação têm impulsionado os investimentos e reposicionado as renováveis, que deixaram de ser um nicho e se tornaram uma solução técnica e economicamente atraente", seguiu o advogado queniano que dirige a instituição fundada em 2009 e que é referência global no setor.

"Somos o país que iniciou a Revolução Industrial e agora estamos completamente dentro de uma nova revolução", disse Nick Bridge, secretário de Relações Exteriores e enviado climático do Reino Unido. Em cinco anos, o país tornou-se o maior produtor mundial de energia eólica em alto mar (offshore). "Já conseguimos, em alguns dias do verão e a despeito do nosso clima, não ter nada de carvão na nossa geração de energia", afirmou.

Taro Kono, ministro das Relações Exteriores do Japão, fez uma declaração forte e surpreendente, criticando a posição de seu país de não ter investido mais em energias renováveis no passado e de ter metas tímidas no setor.

"Priorizamos seguir com o 'status quo' por medo da mudança", afirmou ele a uma plateia de 1.100 delegados de 150 países, além de empresários e representantes da sociedade civil. Kono considerou "lamentável" a escolha pouco ambiciosa feita pelo Japão nesse campo.

Os resultados de leilões recentes feitos em vários países para projetos de renováveis, que serão implementados no futuro, indicam que a tendência de redução de custos deve continuar além de 2020, disse ao Valor Michael Taylor, o autor do estudo da Irena.

Em 2020 todas as tecnologias de geração de energias renováveis hoje em uso devem ter preço competitivo com os combustíveis fósseis, estima o relatório. Isso deve acontecer até com tecnologias que hoje iniciam sua trajetória, como geração eólica offshore (em alto mar) e energia solar concentrada (projetos que utilizam grandes espelhos para esquentar combustível e produzir vapor).

Projetos de outras fontes de energia renovável, como biomassa, geotérmica e projetos hidrelétricos, mostraram ser competitivos nos últimos 12 meses com combustíveis fósseis.

"Há uma transição global em curso que não deixa dúvidas sobre a transformação que temos que enfrentar nas nossas economias", disse o diretor-geral da Irena. "É impressionante observar a velocidade com que a mudança está ocorrendo", continuou.

A base de dados de energias renováveis da organização intergovernamental leva em conta informações de 15 mil projetos no mundo. Há ainda dados de 7 mil leilões e outros sistemas de aquisição de projetos.

A jornalista viajou a Abu Dhabi a convite da Irena

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião / carta do leitor

Autor:

Título: Hidrelétrica?

Fiquei espantado com a coluna de José Goldemberg. Marcos regulatórios e métodos de produção usados para uma fonte altamente intensiva de capital, como são sim as hidrelétricas, não servem para outras fontes que tem como

grande vantagem poderem ser geradas de forma distribuída. É da natureza das centrais de energia eólica e solar serem menores que hidrelétricas, e ainda bem, causam muito menos impacto ambiental, um marco apropriado poderia acelerar a geração distribuída e a adoção de smart grids, mas os grandes pensadores não falam sobre isso. Alegar que os impactos causados por grandes lagos devem ser contabilizados diante do benefício global à população, é o mesmo que dizer que ribeirinhos, fauna e flora que nos desculpem, mas precisamos de energia a qualquer custo. Lamentável.

O Brasil não precisa produzir energia barata somente, precisa de energia limpa e que suporte crescimento para distribuição de renda, além de preços adequados para os diferentes atores econômicos. Está na hora também de parar de usar impacto ambiental como se fosse algo intangível e apenas relacionado a fauna e flora, os humanos também são parte do ambiente. Nossa abordagem para águas deveria se restringir neste momento a universalizar o acesso a abastecimento e saneamento. O autor quer lagos e usinas em locais onde mais de 70% das pessoas não têm sequer esgoto ou água tratada, vejam os dados do Norte e do Nordeste. Por favor, precisamos de uma visão muito mais ampla e muito menos parcial.

Mauricio Salla - mauriciosalla1975@gmail.com

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Licença ambiental da CSN

O juiz Rafael de Souza Pinto, da 1ª Vara Federal de Volta Redonda (RJ), rejeitou o pedido do Ministério Público Federal (MPF) para que fosse cassada a licença ambiental provisória e interrompidas as negociações entre o Instituto Estadual do Ambiente (Inea) e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). O caso envolve um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) que permita à CSN continuar a produção das unidades de sinterização 2, 3 e 4 da usina de aço de Volta Redonda. No despacho, o juiz esclareceu que o pedido do MPF não se sustentava, uma vez que o próprio Inea havia condicionado a autorização a um acordo que atenda a todas as questões.

Minério de ferro resiste

O menor nível de importação da China ajudou a derrubar o minério de ferro à vista na sexta-feira, mas ainda assim a matéria-prima se manteve próxima aos

maiores níveis em quatro meses. Os preços do produto com concentração de 62% entregue no porto de Qingdao caíram 1,3%, para US\$ 78,05 a tonelada, segundo a "Metal Bulletin". Em dezembro, os chineses compraram 84,1 milhões de toneladas do insumo, queda de 11% ante novembro e de 5,4% na comparação anual.

Petróleo em alta

Os preços do petróleo consolidaram uma alta na sexta-feira depois que os EUA mantiveram as sanções sobre o Irã por conta de seu programa nuclear. Os contratos futuros do Brent com vencimento em março subiram 0,9% na ICE Futures de Londres, para US\$ 69,87, e os do WTI para fevereiro avançaram 0,8% na Nymex, de Nova York, para US\$ 64,30. Pressionou a recuperação de preços a notícia de que o número de sondas exploratórias de petróleo ativas nos EUA subiu em 10 unidades na última semana, segundo a Baker Hughes.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Renato Rostás

Título: Siderurgia tem o melhor momento em muitos anos

Em sintonia com a melhora observada mundialmente, a siderurgia brasileira hoje vive dias mais saudáveis, comenta Carlos Loureiro, presidente do Instituto Nacional dos Distribuidores de Aço (Inda). Ele acredita que esse movimento se consolidou quando o país que mais produz aço no mundo, a China, voltou a operar suas usinas com racional econômico.

Em entrevista ao Valor, Loureiro afirma que a política do governo chinês de cortar capacidade ineficiente e excedente por lá ajudou a equilibrar o setor como um todo ao redor do globo. De piso dos preços, o gigante asiático passou a um competidor eficiente. Nas exportações, que além de mais elevadas do que atualmente eram mais baratas, se encontrou um alívio.

"O problema é que a China cresceu demais nos últimos anos, passando de 5% a 50% da produção mundial de aço em duas décadas, e as principais empresas eram estatais", opina o presidente do Inda. "Isso deturpou o ciclo econômico da siderurgia em todo o mundo, por causa da escala da produção. Em vez de novas usinas serem consolidadas por conta da queda de preços e de margens, o governo passou a arcar com queima de caixa."

No Brasil, o momento é de surfar na alta dos preços, que vem puxada pela valorização internacional, diz. De acordo com ele, esse cenário tornou mais uma vez o mercado doméstico propício a reajustes. Ultimamente, acrescenta,

formou-se um consenso de que a tendência da cotação internacional é mais de alta do que de baixa, permitindo reajustes por aqui.

A entidade das distribuidoras vai divulgar oficialmente os dados de 2017 no dia 23, mas Loureiro adianta que a queda das vendas da rede provavelmente foi de 2,5% no ano passado. A expectativa era que em dezembro o recuo fosse de 12%, algo que provavelmente se confirmou - ou chegou próximo a isso -, afirma.

O problema é que a relevância da rede de distribuição tem diminuído. Além dos clientes a quem as usinas fornecem diretamente, como montadoras e fabricantes de eletrodomésticos, por exemplo, em alguns mercados foi a área comercial das grandes fabricantes que ganhou espaço. A entidade também perdeu espaço entre grandes importadoras.

"Hoje, o Inda representa 70% da distribuição independente", afirma Loureiro, referindo-se às distribuidoras que não são ligadas a grupos siderúrgicos.

Para se ter uma ideia dessa participação, se as empresas filiadas ao Inda venderam 2,5% a menos neste ano, as próprias usinas elevaram as vendas de aços planos em mais de 4%. O consumo aparente de produtos siderúrgicos, aliás - que, nesse caso, reúne também laminados longos, que não são contabilizados pelo instituto - avança 5%.

"Mas a situação financeira das empresas [associadas do Inda], que ficou bastante complicada nos últimos anos, parece ter se estabilizado, ou seja, a fase pior foi digerida. Para isso, foram necessárias algumas saídas, até com recuperações judiciais."

O problema, explica Loureiro, é que os reajustes das companhias é uma faca de dois gumes. Ganha com preços maiores porque os repassa ao cliente final - o que reforça receita e margens -, mas também vive um descompasso em relação a outras compradoras de aço, como as montadoras. Neste mês, a rede de distribuição pressionou as siderúrgicas para que primeiro fizesse acordo de aumento com setor automotivo antes de impor reajustes às distribuidoras.

"É algo que precisa ser rediscutido, esse contrato anual para montadoras, por exemplo", opina. "As próprias usinas parecem querer isso, mas a pressão das fabricantes de carros é muito grande."

A ArcelorMittal e a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) já elevaram os preços em 12% à distribuição, e a Usiminas deve fazê-lo oficialmente em breve. "Ela está muito pressionada para recompor margens, principalmente pelo preço das placas [que compra de terceiros para laminar] em Cubatão [SP]", explica Loureiro.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Camila Maia e Juliana Machado****Título: Investidor aposta em nova OPA da CPFL**

A avaliação de que a chinesa State Grid precisará fazer uma nova oferta de aquisição das ações (OPA) da CPFL Energia para saída do Novo Mercado está levando investidores a comprar as ações da companhia que restaram no mercado, apostando que o valor a ser pago trará ganho substancial em relação ao preço atual dos papéis.

A chinesa pagou R\$ 27,69 pelas ações da CPFL Energia no fechamento da OPA, em 30 de novembro do ano passado. Depois disso, as ações da companhia despencaram, atingindo a mínima de R\$ 17,98 em 11 de dezembro. Segundo fontes, essa queda aconteceu porque acionistas titulares de cerca de 53 milhões de ações (5,25% do total) "esqueceram" de aderir à oferta - o que é comum em operações do tipo, especialmente no caso de fundos passivos e fundos de índices (ETFs) - e venderam as ações dias depois, movimento que pressionou os preços.

Alguns investidores aproveitaram e compraram as ações na baixa, apostando que o preço da OPA será maior. A gestora Claritas, do grupo americano Principal Financial Group, saiu na frente e montou até mesmo um fundo específico para esses papéis, chamado de Faísca FIA.

A aposta deles se baseia no fato de que as ações da CPFL estão listadas no Novo Mercado na B3. Pelas regras, o volume de ações em circulação é insuficiente para que a listagem seja mantida, e a State Grid precisará fazer uma emissão de ações para aumentar o volume em negociação (um "re-IPO") ou fazer uma nova OPA. Desta vez, precisaria ser pelo chamado "valor justo" das ações, que investidores apostam que pode chegar a R\$ 30.

Se isso se concretizar, a chinesa pode ter que desembolsar mais R\$ 1,5 bilhão pela CPFL, adicionais aos R\$ 25,5 bilhões já pagos.

A CPFL é uma das empresas preferidas do setor elétrico, e muitos investidores estão vendo este momento como uma oportunidade de comprar uma ação de qualidade por um preço "barato". Na semana passada, muitos começaram a se posicionar no papel, que acumulou alta de 7,7%, fechando a R\$ 20,18 na sexta-feira.

O preço ainda é distante do que os investidores julgam que podem conseguir na OPA. Um motivo é um laudo de avaliação elaborado pelo Banco Fator no fim do

ano passado, no contexto de uma disputa entre a State Grid e minoritários da CPFL Renováveis. Pela metodologia de fluxo de caixa descontado, o banco chegou a um valor para as ações entre R\$ 24,40 e R\$ 26,80 para a CPFL Energia. As premissas utilizadas, porém, foram as da época em que a venda do controle da companhia foi anunciada, em julho de 2016. Desde então, a economia se recuperou e os juros caíram, mudanças que levariam a um preço maior.

Os investidores que estão entrando no papel confiam na oportunidade para a ação da CPFL porque esperam que a State Grid não opte pelo "re-IPO". O movimento é esperado porque, desde novembro de 2016, quando a chinesa realizou a OPA obrigatória por comprar o controle da empresa, a CPFL está fora do enquadramento exigido no segmento especial.

Pelas regras do segmento, uma companhia deve manter ao menos 25% do capital social em circulação, ou 15% se o volume médio diário de negociação das ações for igual ou superior R\$ 25 milhões nos últimos 12 meses. A CPFL movimentou, de novembro de 2016 a 2017, R\$ 37 milhões no mercado de capitais, na média - e se enquadra, portanto, na chamada "regra do free float" de 15%, devendo manter esse percentual de ações em circulação, obrigatoriamente.

Depois de comprar a CPFL e realizar o leilão da OPA em novembro, a State Grid passou a deter, junto com a ESC Energia, 94,76% do capital total da empresa, o que significa que a elétrica mantém menos papéis em circulação do que o exigido.

O não cumprimento da regra pode levar a B3 a aplicar sanções sobre a CPFL, que variam de multa de R\$ 10 mil a R\$ 500 mil neste caso. A empresa pode ficar desenquadrada quanto à regra de percentual mínimo de ações em circulação por 18 meses, a contar de novembro, quando o problema aconteceu. Isso quer dizer que a CPFL tem até maio do ano que vem para regularizar a situação.

Pelo regulamento do Novo Mercado, a empresa tem a alternativa de realizar uma recolocação de ações no mercado em uma "reabertura" de capital, o "re-IPO", ou sair do segmento. Os gestores jogam com a chance de que a uma saída voluntária da CPFL aconteceria. Para isso, a State Grid terá que fazer outra OPA, dessa vez com as mesmas características determinadas pela legislação para ofertas para cancelamento de registro de empresa aberta. A OPA, neste caso, precisa considerar a elaboração de um laudo a valor justo, ou seja, apurado com base nos critérios, combinados ou não, de patrimônio líquido contábil, patrimônio líquido avaliado a preço de mercado, fluxo de caixa descontado, comparação por múltiplos e cotação das ações no mercado por um período de tempo definido. É este valor justo que os investidores esperam que chegue aos R\$ 30.

No edital da oferta realizada em novembro, a State Grid destaca que tem os 18 meses para reenquadrar a CPFL na regra, mas não dá informações sobre o que pretende fazer. Procurada, a companhia não comentou. A B3 informou que não iria se manifestar.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Finanças

Autor: Lucinda Pinto e Juliana Machado

Título: Bolsa mantém viés positivo com siderúrgicas e exterior em foco

Numa semana em que o Brasil desceu mais um degrau na escala de rating da S&P, ajustou as apostas para corte de juros com a inflação mais alta do que o esperado e acompanhou os movimentos políticos de representantes do governo, a bolsa brasileira mostrou bastante sangue-frio. O Ibovespa conseguiu defender os 79 mil pontos, garantindo um ganho acumulado de 3,86% no ano e de 8,53% desde o dia 19 de dezembro, quando começou o rali que levou o índice a renovar sucessivos recordes.

A toada positiva da bolsa brasileira acompanha os fortes ganhos do mercado americano, onde também foram quebradas marcas históricas algumas vezes nas últimas sessões. "Há um ciclo econômico global particularmente benigno, uma melhora cíclica sincronizada que há muito tempo não se via", define o sócio-fundador da Cardinal Partners, Marcelo Audi.

O quadro de crescimento, capitaneado por Estados Unidos e Europa, acompanhado também por China e outros emergentes, tem tido como resultado uma maior demanda por commodities, como o petróleo, negociado perto dos US\$ 70,00, e o minério de ferro, que alcançou na sexta US\$ 78,00. E também autoriza reajustes expressivos dos preços do aço por parte das siderúrgicas. Não à toa, são as ações ligadas a esses setores as que se destacam entre as maiores valorizações na bolsa. Mais do que isso, são apontadas como papéis com "upside", ou seja, com potencial de ganhos adicionais.

Quando se observa a lista das dez empresas que mais subiram desde 19 de dezembro, sete são ligadas a commodities. A primeira é CSN, com expressivo ganho de 41,8% no período. Usiminas sobe 28,1%; Bradespar, 21,6%, Gerdau, 23,6%; Metalúrgica Gerdau, 23%; e Petrobras, 14,3%. O momento positivo representou ganhos relevantes também para a ação da Vale, que subiu 16,1% no período e atingiu, na última semana, o preço de R\$ 43,07, no maior nível desde abril de 2008.

Para o responsável pela área de pesquisa de empresas da Western Asset, Patrick Conrad, não há como negar que os ventos externos contribuem para o

bom momento dessas ações. Além do crescimento mundial, a tentativa da China de conter a produção de aço por questões ambientais contribui para valorizar o preço da matéria-prima no mundo. Com o câmbio doméstico relativamente estável, as empresas locais ganham espaço. Há também a força da retomada da atividade local, que tem autorizado reajustes de preços em torno de 20%.

"Tanto a indústria automotiva quanto a linha branca têm crescido, o que permitiu que o reajuste de preços pedido pelas siderúrgicas 'pegasse'", diz Conrad. Os reajustes contribuem para as empresas - que costumam ter alto nível de endividamento - diminuírem sua alavancagem. "O cenário externo saudável, demanda externa e interna corroborando o aumento dos preços e também uma maior demanda por ativos de risco beneficia diretamente ações de 'beta alto', como as siderúrgicas."

Audi, da Cardinal, afirma que, embora empresas fortemente influenciadas pelo desempenho de commodities e do câmbio se destaquem, os ganhos estão bastante espalhados entre diferentes setores. Analisando o IBR-X, índice que reúne um universo de 101 ações - maior, portanto, que o Ibovespa, composto por 64 papéis -, ele observa que 85 estão em alta, sendo que 26 têm ganhos superiores a 10% desde 19 de dezembro. O IBR-X sobe 8,5% nesse período. "Isso mostra que se trata de um movimento de mercado, não restrito a setores", explica. "Esse contexto benigno de recuperação global é muito poderoso, não se reverte da noite para o dia."

Depois da pausa no rali da bolsa em outubro e novembro pela piora das perspectivas quanto à reforma da Previdência, diversas ações dos setores de commodities, varejo e consumo, bancos e construtoras começaram a retomar fôlego em meados de dezembro. Agora em janeiro, as varejistas devolvem uma pequena parte dos fortes ganhos do mês passado, enquanto as demais seguem na trajetória ascendente. Mas, para o estrategista de renda variável da Santander Corretora, Ricardo Peretti, esse movimento pode refletir a opção do investidor estrangeiro por papéis com múltiplos menores - ou seja, mais baratos. Ele diz que as varejistas operam hoje com uma relação preço/lucro entre 15 e 20 vezes, enquanto os bancos, alvo do capital externo neste momento, têm um múltiplo ao redor de 11 vezes. "Neste momento, o estrangeiro está dando mais peso para esse elemento, buscando novas oportunidades de alta", explica.

No setor de varejo e consumo é onde estão concentradas as quedas em janeiro. Na avaliação de uma gestora especializada em fundos de investimento no Brasil e exterior, o setor conta com empresas boas e que podem continuar refletindo a expansão da atividade, mas as avaliações delas estão "mais caras e esticadas", para quem todos estão olhando neste momento, caso da Lojas Americanas (-

7,4% no ano) e da Lojas Renner (-0,5%). "Gostamos de empresas boas no setor, mas que estão fora do foco, caso da CVC, com receita resiliente em um segmento muito secundário nas compras do brasileiro, o turismo", diz uma fonte da gestora.

Entre os bancos, a expansão se manteve na virada do ano. Em dezembro e janeiro, os quatro gigantes do setor - Banco do Brasil, Itaú Unibanco, Bradesco e Santander - cresceram em valor de mercado.

"Temos posição em Vale e em Gerdau. Não tem segredo: o cenário está positivo, com crescimento generalizado externa e internamente. Empresas de aços longos, como Gerdau, têm boas perspectivas com a recuperação para o segmento imobiliário, depois dos anos de recessão no Brasil", diz Marcelo Faria, gestor de renda variável da Porto Seguro Investimentos. As construtoras do Ibovespa - Cyrela e MRV - também dão sequência às altas. "Acredito que deve haver aceleração dos preços e qualquer queda sem euforia pode trazer ganhos para os investidores", disse Faria em teleconferência sobre as perspectivas para 2018.

No Santander, a expectativa é de que o Ibovespa alcance 90 mil pontos no fim do ano. Mas Peretti alerta que os mesmos riscos com os quais o mercado lidava quando o índice estava na casa dos 72 mil pontos permanecem: "downgrade", que já se concretizou; reforma da Previdência; e eleição. "Temos uma visão construtiva para a bolsa e recomendação de compra, mas esses fatores, se não forem bem conduzidos, podem atrapalhar", afirma. Audi, da Cardinal, concorda que o risco para a dinâmica positiva da bolsa está na cena local. "Dada a necessidade de continuar com as reformas, a figura do novo presidente ganha muita importância neste momento."

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Legislação

Autor:

Título: Destaques

Tarifa de energia

A legalidade da inclusão da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust) e da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (Tusd) de energia elétrica na base de cálculo do ICMS será definida pela 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em julgamento submetido ao rito dos recursos repetitivos. A seção decidiu que serão julgados como repetitivos três recursos sobre o tema: o REsp 1.692.023, o REsp 1.699.851 e o EREsp 1.163.020. A proposta de afetação foi apresentada pelo ministro Herman Benjamin, que também determinou a suspensão em todo

o território nacional dos processos pendentes, individuais ou coletivos, que versem sobre a questão. Em março de 2017, a 1ª Turma do STJ decidiu pela legalidade do ICMS na Tusd, cobrada nas contas de grandes consumidores que adquirem a energia elétrica diretamente das empresas geradoras. Por maioria, a turma entendeu que é impossível separar a atividade de transmissão ou distribuição de energia das demais, já que ela é gerada, transmitida, distribuída e consumida simultaneamente. Após o julgamento, a parte recorrente ingressou com embargos de divergência na Corte Especial. O pedido foi indeferido liminarmente e redistribuído à 1ª Seção, que reúne os dez ministros da 1ª e da 2ª Turma do STJ, ambas especializadas em direito público.

MME / ASCOM .